

BRASILIANAS



Divulgação/WS Painéis

No DF, há mais de 2.500 outdoors em situação irregular

DER-DF terá de fazer licitação para publicidade nas rodovias

EXCLUSIVO - A Procuradora-Chefe da Procuradoria-Geral do Distrito Federal (PGDF), Danuza Machado Ramos, aprovou na noite do último sábado o Parecer Jurídico nº 547/2025, que redefine as regras para exploração publicitária nas faixas de domínio das rodovias distritais. O documento marca uma mudança significativa na gestão desses espaços públicos, ao determinar que o Departamento de Estradas de Rodagem (DER-DF) não poderá mais renovar ou conceder autorizações precárias para instalação de painéis publicitários (como os de LED), outdoors e mesmo mobiliário urbano sem antes elaborar e aprovar os Planos de Ocupação e realizar licitação pública.

A decisão foi motivada pela Recomendação Conjunta nº 01/2025 do Ministério Público do Distrito Federal e Territórios (MPDFT), que apontou irregularidades na prática de autorizações sucessivas sem licitação, que estavam sendo praticadas pelo DER-DF desde 2002. Segundo o MP, o DER-DF vinha permitindo a instalação de engenhos publicitários e de engenhos publicitários em rodovias distritais sem base legal - e, em alguns casos até em locais onde a legislação proíbe esse tipo de ocupação.

Divulgação/Chico Sant'Anna



O Metrópoles é um dos que mais emporcalham o DF

Parecer alerta sobre possíveis crimes

Segundo levantamentos do próprio DER-DF encaminhados ao Ministério Público, hoje existem cerca de 2.500 engenhos publicitários e mobiliários urbanos instalados nas áreas sob domínio da autarquia. Quase a totalidade está com contratos vencidos - o que configura, também, possível crime de prevaricação por parte do DER-DF, uma vez que as empresas privadas estão faturando pela publicidade exposta, em área pública, mas o Poder Público, por sua vez, não está recebendo nenhum dinheiro por conta das taxas e permissões legais, que não são cobradas há algum tempo.

Segundo apuração de "Brasilianas", o caso pode configurar até mesmo condescendência criminosa por parte dos servidores do DER-DF, por que eles têm o dever de fazer a cobrança, por conta do cargo, mas não a fazem. A não-cobrança de taxas obrigatórias configura crime por parte de agente público.

O parecer deixa em aberto a manutenção dos atuais painéis instalados.

William França

Novo foco do MP: painéis nas RAs

"Brasilianas" apurou que o Ministério Público também vai atuar em nova frente. Além dos painéis e demais engenhos que estão nas faixas de domínio (que estão sob responsabilidade do DER-DF), a próxima tarefa é mapear o que está fora dela. Assim, o MP prepara uma recomendação para todas as 35 Regiões Administrativas do DF para que também façam o mesmo que a autarquia: só permitam a instalação de publicidade mediante licitação. As regras constam da Lei 3.036/2002.

Hoje, as administrações regionais têm "autonomia" para liberarem a instalação de outdoors e demais placas em suas áreas de responsabilidade - como as vias internas das ruas. Fora do Plano Piloto, há uma verdadeira inundação de placas de publicidade, muitas delas instaladas de forma precária ou provocando problemas, como ocultar parte da visão de motoristas.

O impasse sobre a publicidade nas rodovias não é recente. Desde 2002, leis distritais já exigiam a elaboração de Planos Diretores de Publicidade e a realização de licitação.

Cuidado: Há Ação Popular em curso

No Parecer Jurídico nº 547/2025, a Procuradoria-Geral do DF faz uma observação importante sobre a Ação Popular nº 0705543-77.2024.8.07.0018, que tramita na Vara do Meio Ambiente, Desenvolvimento Urbano e Fundiário do Distrito Federal (DF) do Tribunal de Justiça do DF, sob a responsabilidade do juiz Carlos Frederico Maroja de Medeiros.

A ação busca a suspensão da publicidade em faixas de domínio das rodovias distritais, sobretudo os painéis de LED, por provocarem riscos aos motoristas.

O parecer alerta para a possibilidade de responsabilização caso o DER-DF insista em manter o modelo atual. Segundo a PGDF, ao citar a ação popular, ela sinaliza que o problema da publicidade nas rodovias não é apenas administrativo, mas também jurídico e político.

A neutralidade processual evita que o governo se comprometa em um litígio onde há fortes indícios de irregularidade, mas ao mesmo tempo coloca pressão sobre o DER-DF para corrigir sua conduta.



Unidade deve aumentar segurança no Setor Comercial Sul

DF tem espaço com segurança integrada

Videomonitoramento fará vigilância durante 24 horas

Thamiris de Azevedo

O Governo do Distrito Federal (GDF) inaugurou, no último fim de semana, a primeira Unidade Integrada de Segurança Pública (UISP) da capital, instalada no Setor Comercial Sul. O equipamento público adota um modelo inédito de atuação integrada ao reunir, em um mesmo espaço físico, o Corpo de Bombeiros, as polícias Militar e Civil e o Detran.

De acordo com a Secretaria de Segurança Pública (SSP), também está em fase de implantação um sistema inteligente de videomonitoramento, que será integrado à pasta. As câmeras permitirão a leitura de imagens para identificação de placas de veículos e reconhecimento facial, com emissão de alertas em tempo real para a central instalada na unidade.

A secretaria também relata ao jornal que o modelo será analisado por indicadores operacionais e estratégicos que permitirão avaliar os impactos da unidade para subsidiar ajustes operacionais e decisões futuras sobre a ampliação do modelo na cidade.

Em entrevista ao Correio da Manhã, a prefeita do Setor Comercial Sul, Niki Tzemos, avalia de forma positiva a inauguração do novo espaço. "Vamos ter segurança 24 horas. É excelente para o Setor e foi um verdadeiro presente de Natal para comerciantes e trabalhadores daqui. Todos

aguardavam com muita ansiedade essa instalação. A inauguração dessa unidade integrada no Setor Comercial Sul tem uma representatividade muito grande", afirma.

O Setor Comercial Sul passou, ao longo dos anos, a ser associado a uma sensação de insegurança para quem circula pela região. Segundo Tzemos, entretanto, dados apresentados pela SSP mostram que os índices de criminalidade no local não são tão elevados quanto se imagina.

"A Secretaria de Segurança Pública nos trouxe dados muito interessantes. Existe mais sensação de insegurança do que, de fato, insegurança. Os índices do Setor Comercial Sul são melhores do que os de várias outras regiões do Distrito Federal. Precisamos agora trabalhar esse estigma que ficou rotulado no espaço. Queremos mostrar que aqui é, sim, um lugar seguro, e um espaço central da cidade que precisa ser reocupado", destaca.

Na semana passada, a reportagem apresentou o diagnóstico elaborado pelo professor Alexandre Kieling que aponta a potencialidade de revitalização do Setor Comercial Sul como um polo criativo e tecnológico. Para a prefeita da região, a consolidação do projeto representa uma nova fase para o local. "Assim como a UISP é um marco para o setor, o polo, que será regulamentado em breve, será um divisor de águas", acredita a prefeita.